



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000921-57.2024.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE MEMÓRIA

ASSUNTO: Dispensa de Licitação Tradicional – Contratação de empresa especializada no serviço de reforma de 8 (oito) totens.

DESPACHO Nº 409 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Memória - MEMORIA, visando à contratação direta de empresa de comunicação visual para a reforma de 8 (oito) totens, por dispensa de licitação tradicional, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021.

A unidade demandante informa que este Tribunal já possui os totens a serem reformados, estando os objetos em bom estado de conservação. Assim, se mostrou técnica e economicamente viável apenas a troca das bases, seguindo o critério de sustentabilidade. A necessidade de reforma foi verificada em contratação recente de Museóloga, profissional da área, que verificou a inadequação das bases, diante dos preceitos de acessibilidade de pessoas com deficiência para transitar entre os totens, nos termos do item 2.1 do TR.

Para instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos:

- a) documento de formalização de demanda ([1140823](#));
- b) termo de referência ([1145366](#));
- c) cotação de preços e certidões negativas das seguintes empresas:
 - i. V. A. COMUNICAÇÕES E COM EIRELI-ME, CNPJ n. 25.371.504/0001-49 ([1141868](#)) ([1141875](#));
 - ii. KALINE RIBEIRO MEDEIROS, CNPJ n. 46.682.103/0001-80 ([1141871](#)) ([1141879](#));
 - iii. H.M.F COMERCIO LTDA, CNPJ n. 52.868.870/0001-80 ([1141872](#)) ([1141880](#));
- d) informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([1144007](#));

A empresa Veloz Comunicação Visual - H. M. F. Comércio Ltda. apresentou a proposta no menor valor, de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), e, ainda, comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À vista disso, o Secretário da SAOFC, mediante os Despachos n. 675/2024 ([1141293](#)) e n. 703/2024 ([1142744](#)), autorizou a adoção de dispensa tradicional para a presente contratação, remetendo o feito à SAC, para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação; à COFC, para programação orçamentária; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

A SAC, após análise formal, concluiu pela regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, os quais encontram-se em consonância com as normas gerais estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021 ([1145469](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 588/2024 da COFC ([1145530](#)), formalizou a programação orçamentária da despesa pretendida ([1145578](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela adequação legal dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela possibilidade jurídica da contratação, por meio de dispensa de licitação tradicional, com fundamento no inciso II, art. 75, da Lei n. 14.133/2021, do serviço especificado no objeto do TR, diretamente com a empresa H. M. F. COMERCIO LTDA, CNPJ 52.868.870/0001-80, que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública ([1141880](#)); pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1146313](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação; pela autorização da despesa de forma direta por dispensa tradicional de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1144007](#)); pela contratação direta da empresa H. M. F. COMERCIO LTDA, por dispensa de licitação, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo [art. 75, inciso II, da Lei. nº 14.133/2021](#); e pela publicação do ato autorizativo da contratação direta e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br.

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

No caso em tela, estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, a saber: a) documento de formalização da demanda ([1140823](#)); b) termo de referência ([1145366](#)); e c) informação conclusiva do valor estimado da contratação direta ([1144007](#)). A AJSAOFC concluiu pela adequação legal dos documentos.

O caso em apreço não busca a realização de um certame de maior complexidade. Com efeito, trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor. Para hipóteses como essa, a referida Lei assim dispõe:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;"

Em análise, denota-se que a unidade demandante utilizou a via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021). Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

A versão final da ICVEC foi juntada ao processo no evento n. [1144007](#) e demonstra que a cotação de preços foi expedida e recebeu retorno de três empresas do ramo pertinente ao objeto, sagrando-se vencedora a empresa Veloz Comunicação Visual - H. M. F. Comércio Ltda., pelo valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais). As certidões de regularidade foram juntadas ao processo ([1141880](#) e [1143327](#)).

Por esse motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor), a referida contratação pode ser enquadrada na situação de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

noventa e seis reais e dois centavos), na forma do Decreto n. 11.871/2023.

No tocante ao fracionamento de despesa, verifica-se pelo quadro juntado no evento n. [1124152](#), no bojo do PSEI n. [0000170-70.2024.6.22.8000](#), não haver indicação de qualquer outra contratação no exercício corrente que pudesse fazer parte do somatório despendido para aferição correspondente ao serviço de reforma de totens.

Com relação ao termo de referência, verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade, consoante o item 28 do Parecer Jurídico n. 63/2024 ([1146313](#)).

Registra-se que no item 7.1.1 do TR a Comissão de Memória informou que haverá a substituição do contrato pela nota de empenho. Nesse sentido, entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos n. 1.234/2018 e n. 363/2003 - ambos do Plenário - e n. 7.125/2010 - 1ª Câmara, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras.

Diante do exposto, considerando a necessidade da contratação, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) aprovo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) ([1140823](#)) e o Termo de Referência n. 5/2024 - MEMORIA ([1145366](#)), bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento, uma vez que possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, inciso XXIII e alíneas; art. 40, § 1º; e art. 150, todos da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 10, § 1º e art. 15, § 1º, da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento n. [1144007](#), em cumprimento ao item 42 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 25/2024) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

c) autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação tradicional, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021;

d) adjudico o objeto à empresa Veloz Comunicação Visual - H. M. F. Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o n. 52.868.870/0001-80, e autorizo a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emissão de nota de empenho no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) em seu favor;

e) determino divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando expresso no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/04/2024, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1147065** e o código CRC **F6BDD620**.